

EDITORIAL

O poder sempre emanará do povo

O poder da população é a base sobre a qual repousa a legitimidade de qualquer governo democrático. Em essência, significa que a autoridade de um governo deve ser derivada da vontade expressa dos cidadãos e que os líderes devem agir em nome e no interesse da coletividade. Este princípio não é apenas um ideal filosófico, mas uma prática essencial que assegura que os direitos e necessidades dos indivíduos sejam respeitados e priorizados.

Na prática, o poder do povo se manifesta através do direito ao voto, à liberdade de expressão e à capacidade de influenciar políticas públicas. Esses mecanismos permitem que os cidadãos participem ativamente na tomada de decisões e na escolha de seus representantes. Contudo, para que esse poder seja efetivo, é necessário garantir que os sistemas políticos sejam transparentes, justos e acessíveis a todos. A participação cidadã deve ser incentivada, e os obstáculos ao engajamento democrático, como a corrupção e a desigualdade, devem ser combatidos.

Além disso, o poder da população também exige uma constante vigilância. A democracia não é uma conquista estática,

mas um processo dinâmico que requer manutenção e proteção contínuas. Isso significa que os cidadãos devem estar informados e engajados, e os sistemas de governo devem estar preparados para ouvir e responder às demandas e preocupações da sociedade.

Em tempos de crise ou mudança, o papel da população se torna ainda mais crucial. O engajamento cívico pode ser o fator decisivo na superação de desafios e na construção de um futuro mais justo e equitativo. Quando a população se une e exerce seu poder de forma consciente e organizada, pode provocar transformações significativas e positivas.

Em conclusão, o poder da população é o coração pulsante da democracia. É um lembrete de que, em última análise, a legitimidade e a eficácia de qualquer governo dependem da participação ativa e da vontade de seu povo. Para que o poder realmente emane do povo, todos devemos estar comprometidos com a promoção de uma governança transparente, inclusiva e responsável. Somente assim garantiremos que os princípios democráticos sejam não apenas respeitados, mas realizados.

Incentivo ao teatro é fundamental

Doze peças teatrais vão ganhar R\$15 mil cada em um novo prêmio da Fundação Anita Mantuano de Artes do Estado do Rio de Janeiro (Funarj), que vai ser lançado nesta quarta-feira (11) às 19h, no Teatro Mário Lago.

Os ganhadores do Prêmio Funarj para Peças Teatrais vão realizar três apresentações no Teatro Mário Lago, localizado na Vila Kennedy, na Zona Oeste do Rio de Janeiro, nas sextas-feiras, sábados e domingos entre janeiro e abril de 2025. Para se inscrever no concurso, os interessados podem ser pessoas físicas ou jurídicas e devem submeter peças que já tenham sido exibidas anteriormente. As inscrições são feitas no site da Funarj e vão estar disponíveis entre os dias 11 de setembro e 30 de outubro. O resultado final será divulgado no dia 20 de dezembro.

Eventos assim são importantes porque o Rio de Janeiro,

como estado referência e dono do principal cartão-postal do país, é uma verdadeira potência para as artes.

Artistas do mundo inteiro vêm para o Rio em busca de inspiração, mas o foco agora é na turminha que não tem acesso a essas viagens de inspiração.

Essa premiação é uma grande oportunidade para que os artistas do dia a dia sejam vistos e encontrem um espaço para mostrarem seus trabalhos, suas ideias e seus potenciais.

Histórias cotidianas, histórias clássicas... O importante é mostrar a cultura, essa grande ferramenta de inclusão social e mudança de vidas, como o grande tesouro que é.

Que essa premiação da Funarj seja a porta de abertura para grandes dramaturgos, diretores e atores que vão levar o nome do Rio de Janeiro para o Brasil (e por que não para o mundo?) com suas peças de teatro que nasceram aqui.

Opinião do leitor

Disputa por prefeituras nas capitais

Os partidos de centro estão predominantes na disputa eleitoral, e considero saudável, levando em consideração o radicalismo tosco que temos presenciado nos últimos anos, devido aos extremos. Por mais que tentem nacionalizar, eleição municipal é uma outra história.

Josias Figueiredo
São Paulo - São Paulo

Vicente Loureiro*
Cidades Ficcionalis

Parecem ser produto das campanhas eleitorais desenvolvidas nas redes sociais. O que se fala, propõe ou anuncia não precisa ter nenhum vínculo com a realidade. Aliás, quanto mais desconectado dela, melhor. Se o futuro pertence à ficção, por que vinculá-lo a um presente cheio de carências e demandas acumuladas, com soluções tão difíceis que chegam a parecer improváveis?

O discurso político na era digital dá a impressão de se concentrar na chamada “economia da atenção”. Utiliza-se do impulsionamento de mensagens para maximizar o engajamento das pessoas, retendo sua atenção não só para influenciar seu comportamento, mas, principalmente, para moldar suas opiniões. Trata-se, portanto, de um ativo de

comunicação valioso, capaz, inclusive, de gerar resultados eleitorais surpreendentes.

Por serem destrutivos, tais discursos tratam de rupturas e interrupções radicais nos sistemas de gestão das cidades. Não deixa de ser sedutora a proposta de romper com o estabelecido para melhorar o que existe, especialmente quando, no modelo vigente, não se consegue suprir as necessidades básicas da população. Isso cria, na verdade, um paradoxo: quanto mais distantes da realidade são as propostas, mais factíveis elas parecem ser.

Ao romper com regras e limites, desrespeitando inclusive a legislação em vigor, as campanhas virtuais agem como se estivessem na “casa da mãe Joana”, onde todos mandam, fazem o que que-

rem e dispensam qualquer organização. Esquecem-se de que a cidade, a polis grega, nasceu e prosperou ao editar regras e impor limites para uma vida em comum civilizada e próspera. Essas regras são, portanto, a essência do viver urbano.

Final, foram tais regras e normas que configuraram um sistema de vida capaz de moldar os cidadãos. Vem da Grécia Antiga, por exemplo, a separação entre os espaços de domínio público e privado e o modo como cidadãos e o Estado devem se comportar em cada um deles. Talvez uma das conquistas mais importantes para a prática da civilidade. E essas normas continuarão balizando as relações humanas, inclusive nos ambientes virtuais, apesar dos “piratas da atenção”.

É claro que, durante as campanhas eleitorais, sempre surgem propostas com ares de quimera. Mesmo essas, quando vinculadas à melhoria da realidade concreta, têm algum significado e serventia, pois podem anunciar um futuro possível, ainda que distante. Já aquelas que surgem apenas com o intuito de roubar e reter a atenção das pessoas podem parecer inovadoras, mas, no fundo, não passam de ilusionismo eleitoral.

A cidade exige respeito e pede passagem. O mundo ainda é real.

*Arquiteto e urbanista.
Doutorando pela
Universidade de Lisboa.
Autor dos livros “Prosa Urbana” e “Tempo de Cidade”

OUTRAS PÁGINAS NO BRASIL E NO MUNDO

José Aparecido Miguel (*)

“PEC da Anistia” é perpetuação da “tradição de impunidade” no país, diz especialista

1-LIRA INCOMODADO. O incômodo de Lira com Marcos Pereira. Por Igor Gadelha. O presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), demonstrou a aliados incômodo com a postura de Marcos Pereira (Republicanos-SP) após o recente acordo entre eles em torno da candidatura de Hugo Motta (Republicanos-PB) ao comando da Casa. Em conversas reservadas, Lira reclamou do fato de Pereira ter dado uma série de entrevistas anunciando Motta como um nome de “consenso”. Para o presidente da Câmara, isso prejudica as negociações para fortalecer o nome de Motta na disputa. (...) (Metrópoles)

2-LOBBIES se enfrentam na Câmara por “jabuti” (inserção de norma alheia ao tema principal) que amplia subsídios para energia solar. Por Mariana Carneiro. Grandes consumidores e geradores enviam cartas a deputados contra e a favor da medida; segundo cálculos da Aneel, benefício aos produtores de energia solar custará R\$ 24 bilhões até 2045. (...) (O Estado de S. Paulo)

3-TRADIÇÃO DE IMPUNIDADE. “PEC da Anistia” é perpetuação da “tradição de impunidade” no país, diz especialista. Creomar de Souza adverte sobre os possíveis impactos negativos da proposta na sociedade, com impacto nas futuras gerações. Segundo ele, um dos principais problemas da PEC é a perpetuação da “tradição de impunidade” no país. O especialista argumenta que, se aprovada, a proposta pode transmitir uma mensagem perigosa: “Não seguir a regra vale mais a pena do que segui-la”. Esta percepção pode ter um impacto significativo nas futuras gerações e na forma como a sociedade encara o cumprimento das leis. O analista aponta para uma crise mais profunda que vem se desenvolvendo no Brasil desde 2013. Creomar de Souza observa que há um crescente divórcio entre a cidadania e a representação política, alimentado por uma percepção de que “as instituições se preocupam muito com elas mesmas e muitíssimo pouco com os cidadãos em ter-

mos gerais”. O especialista conclui alertando que essas sucessivas crises e decisões polêmicas, como a PEC da Anistia, contribuem para um cenário de instabilidade política e social. (...) (CNN Brasil)

4-INDENIZAÇÃO PARA JAIR E MICHELLE BOLSONARO. Governo Lula é condenado a indenizar Bolsonaro e Michelle no caso dos móveis do Alvorada. A 17ª Vara Federal da Justiça do Distrito Federal cita dano à imagem de ex-presidente e estipula R\$ 15 mil em danos morais; AGU vai recorrer da sentença. A defesa do ex-presidente havia alegado que o casal Bolsonaro, por ocasião do exercício do mandato presidencial de 2019 a 2022, optou por usar seus móveis pessoais no palácio e que a mobília pertencente ao acervo federal ficou em um depósito. Apesar disso, argumentaram os advogados, Lula declarou diversas vezes que os antigos ocupantes teriam “levado e sumido com 83 móveis”, apropriando-se de bens públicos. (...) (Folha de S. Paulo)

5-É FALSO que apresentadora da CNN defendeu Silvio Almeida das acusações de assédio. Por Luiz Fernando Menezes. São enganosas as publicações que alegam que a apresentadora da CNN Elisa Veeck teria defendido Silvio Almeida das acusações de assédio sexual. As peças de desinformação editam a fala original da jornalista, mas deixam de fora os comentários em que ela se diz perplexa e assustada com as denúncias. (...) (aos fatos:)

6-JORNAL CONSERVADOR FECHADO. Mais um jornal conservador fechou as portas. Há cinco anos, o jornal digital Brasil Sem Medo ampliava o núcleo de veículos conservadores no Brasil. Fundado por nada menos que o professor Olavo de Carvalho, o BSM defendia a liberdade e não recebia dinheiro de governos, partidos ou ONGs, assim como a Gazeta do Povo. Apesar de sua equipe forte, agora o jornal anunciou seu fechamento. Não foi o primeiro e não será o último veículo a encerrar as

operações em um negócio tão complicado como o mercado de mídia no Brasil. (...) (Gazeta do Povo)

7-NEM-NEM. Geração nem-nem: quantos jovens não estudam nem trabalham no Brasil? E nos países ricos? Estudo da OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico) evidencia a discrepância brasileira na comparação com o cenário dos países economicamente desenvolvidos. São quase 1 em cada 4 no Brasil (24%), contra 13,8% nos países ricos. Por Isabela Moya. (...) (O Estado de S. Paulo)

8-BRASIL GASTA POR ALUNO um terço do valor investido pelos países ricos, diz relatório da OCDE. Por Bruno Alfano. O Brasil gastou em 2021 menos de um terço que a média das economias mais desenvolvidas que fazem parte da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), aponta o relatório “Education at a Glance” de 2024, divulgado terça-feira. Veja a comparação nos investimentos por etapa escolar. Ensino fundamental: Brasil: 3,6 mil dólares (o equivalente a R\$ 20,1 mil hoje). Média da OCDE: 11,9 mil dólares (R\$ 66,5 mil). Ensino médio: Brasil: 3,7 mil dólares (R\$ 20,7 mil). Média da OCDE: 13,2 mil dólares (R\$ 73,7 mil). Apesar da diferença no investimento por aluno, o Brasil tem proporção de gasto público em educação (10,6% do Orçamento) semelhante à média dos países da OCDE (10%). Gasto encolheu e salário é baixo. Além disso, o relatório aponta que o gasto do ensino fundamental ao superior diminuiu 2,5% ao ano, em média, no Brasil, entre 2015 e 2021. O levantamento também mostra que, em 2023, o salário inicial com qualificações mínimas dos professores do ensino médio no Brasil é 47% abaixo da média da OCDE. (...) (O Globo)

9-CASAMENTOS DE IDOSOS. Por que casamentos após 60 anos estão aumentando no Brasil? Por Priscila Carvalho. O envelhecimento da população brasileira, mar-

cado por uma expectativa de vida cada vez maior, tem gerado novas dinâmicas sociais e comportamentais. Entre elas, o crescimento significativo de “casamentos grisalhos” — as uniões celebradas já na terceira idade. Dados recentes do Registro Civil do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) revelam um aumento considerável nos matrimônios entre pessoas com mais de 60 anos. Em 2022, ano dos dados mais recentes, foram registrados no Brasil 35.029 casamentos entre pessoas de 60 a 64 anos e 39.759 entre pessoas com 65 anos ou mais, totalizando 74.798 matrimônios. Esse crescimento vem ocorrendo desde 2018. (...) (BBC News Brasil)

10-ALMOÇO DE ONTEM? SOBRAS. Quais não são para comer após reaquecer? Alimentos que são nocivos à saúde se consumidos nos dias depois do preparo. Nocivos à saúde. Arroz. Ovos. Espinafre. Batata. (...) (O Globo)

11-iPHONE 16 VAI CUSTAR a partir de R\$ 7,7 mil. A Apple anunciou seus novos modelos de celular segunda-feira (9); versões de Apple Watch e AirPods também foram apresentados em evento. Por Ana Beatriz Dias. O iPhone 16 foi anunciado pela Apple. Além das novidades no design, processador e funções, a gigante da tecnologia anunciou os valores dos novos aparelhos, em dólar. Para adquirir o novo dispositivo, será necessário desembolsar a partir de R\$ 7.799. Além do modelo tradicional, o iPhone 16 Plus sairá por R\$ 9.499. As versões Pro também foram anunciadas no evento. O iPhone 16 Pro está saindo a partir de R\$ 10.499 e o modelo mais caro, o iPhone 16 Pro Max, que tem uma tela de 6,9 polegadas custa a partir de R\$ 12.499. (...) (CNN Brasil) “PEC da Anistia” é perpetuação da “tradição de impunidade” no país, diz especialista

(*) José Aparecido Miguel, jornalista, diretor da Mais Comunicação-SP, trabalhou em todos os grandes jornais brasileiro e em todas as mídias. E-mail: jmigueljb@gmail.com

O CORREIO DA MANHÃ NA HISTÓRIA * POR BARROS MIRANDA



HÁ 95 ANOS: STF DECIDE QUE GOVERNO PODE EXPULSAR BRASILEIROS

As principais notícias do Correio da Manhã em 11 de setembro de 1929 foram: Alemanha declara-se favorável ao projeto da França

de criar uma Federação Econômica Europeia, com moeda única e selos para todos os países. “Conde Zepelin” planeja dar volta ao mundo sem

paradas e fazendo o reabastecimento no ar. STF decide que o governo tem o livre arbítrio para expulsar cidadãos brasileiros do país.

HÁ 75 ANOS: BRASIL NOMEARÁ UM EMBAIXADOR PARA A ESPANHA

As principais notícias do Correio da Manhã em 11 de setembro de 1949 foram: Conselho Europeu recomenda a criação de um Tribu-

nal de Justiça só para o continente. Argentina abandona o padrão-ouro para as suas divisas. Sacerdotes católicos protestam contra o governo

tcheco de querer dominar a igreja. Brasil nomeará um embaixador junto ao governo espanhol e manterá relações com o país europeu.

Correio da Manhã

Fundado em 15 de junho de 1901

Edmundo Bittencourt (1901-1929)
Paulo Bittencourt (1929-1963)
Niomar Moniz Sodré Bittencourt (1963-1969)

Direção Executiva: Marcos Salles (Presidente)
marcos.salles@jornalcorreiodamanha.com.br

Cláudio Magnavita (Diretor de Redação)
redacao@jornalcorreiodamanha.com.br
Redação: Ivo Ribeiro, Marcelo Perillier, Pedro Sobreiro, e Rafael Lima
Serviço noticioso: Folhapress e Agência Brasil
Projeto Gráfico e Arte: José Adilson Nunes (Coordenação)
Leo Delfino (Editor)

Telefones (21) 2042 2955 | (11) 3042 2009 | (61) 4042-7872
Whatsapp: (21) 97948-0452
Rio de Janeiro: Av. João Cabral de Melo Neto 850 Bloco 2 Conj. 520
Rio de Janeiro - RJ - CEP: 22775-057
Brasília: ST SIBS Quadra 2 conjunto B Lt 10 - Núcleo Bandeirantes -
Brasília - DF - CEP: 71.736-20
www.correiodamanha.com.br

Os artigos publicados são de exclusiva responsabilidade dos autores e não necessariamente refletem a opinião da direção do jornal.